

Ata Primeira Audiência – 17 de Setembro de 2018

Santo Amaro da Imperatriz, 17 de setembro de 2018.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e dezoito no Salão da Igreja Matriz de Santo Amaro da Imperatriz, reuniram-se o Grupo Técnico Inter Setorial (GTI), Grupo Executivo (GE), membros em geral do Núcleo Gestor (NG) e toda a comunidade do município, para a Primeira Audiência Pública do Plano Diretor Participativo de Santo Amaro da Imperatriz.

A audiência foi conduzida pela arquiteta e urbanista da GRANFPOLIS (Associação dos Municípios da Grande Florianópolis), Bianca Coelho, pela arquiteta da prefeitura Daniela Machado, pelo geógrafo Márcio de França e pelo assessor jurídico Carlos Beirão.

O vice-prefeito se pronunciou e disse que desta vez o Plano Diretor está andando e que deseja um bom trabalho e que dê tudo certo.

O prefeito municipal, Edésio Justen, também fez uso da palavra, agradeceu a equipe e técnica e pediu a colaboração de todos os presentes para que o Plano Diretor saia finalmente do papel.

Arquiteta Daniela agradeceu a presença de todos e principalmente da Associação dos municípios, que está assessorando todo o trabalho de construção do Plano Diretor. E disse que essa audiência tem o objetivo de apresentar o resultado da primeira etapa do Plano Diretor de Santo Amaro da Imperatriz.

O geógrafo, Márcio de França, falou aos participantes que esta seria a primeira audiência das quatro que estão previstas para o Plano Diretor, cada uma delas vai acompanhar o processo de como está o plano e que esta marca o final da primeira etapa, que é a Leitura da Realidade Municipal. O Objetivo da noite é apresentar o processo de elaboração do Plano Diretor, os resultados da Leitura da Realidade Municipal (Leitura Comunitária), da Leitura técnica e preencher algumas vagas que ainda estão em aberto para o Núcleo Gestor e do comitê de acompanhamento e controle.

O Plano Diretor é o principal instrumento instituído pelo Estatuto das Cidades para organizar e planejar o território do município, tanto na área urbana quanto na Rural. Ele tem a função de organizar o funcionamento do crescimento e do território municipal por um período aproximado de dez anos.

Arquiteta Daniela falou que a Leitura da Realidade Municipal deve ser apresentada, e que este trabalho foi dividido em quatro etapas. A primeira etapa é a preparação do processo de elaboração da Leitura da Realidade Municipal. A segunda etapa é a definição dos itens prioritários e eixos estratégicos do Plano Diretor participativo. A terceira etapa é a elaboração da versão preliminar do Plano Diretor. E a

Handwritten notes and signatures in blue ink:
- Left margin: "Chão bom" (written vertically)
- Right margin: "Branco" (written vertically)
- Bottom: Multiple signatures and scribbles.

Ata Primeira Audiência – 17 de Setembro de 2018

quarta etapa é a consolidação do projeto de lei do Plano Diretor participativo. E na noite de hoje estamos finalizando a primeira etapa.

Os membros do Núcleo Gestor estão bem distribuídos e foram escolhidos nos eventos nos bairros do município, foi escolhido de forma democrática, foram feitas capacitações e oficinas durante todo esse período.

A Leitura da Realidade Municipal (LRM) foi a combinação da Leitura Comunitária e Setorial com a Leitura Técnica, e serve para constituir a base do Plano Diretor, pois a construção do plano é sobre o ponto de vista da população. A leitura comunitária foi realizada para todos os bairros do município sendo que algumas precisaram ser repetidas devido ao baixo número de participantes.

Nos eventos da Leitura Comunitária eram feitas três perguntas: Qual a cidade que queremos? Quais são os pontos positivos? E quais são os pontos negativos? Essas perguntas eram feitas através de cartazes e as respostas dos participantes era anexada junto com as perguntas. Essas tarjetas das respostas foram padronizadas de forma que fosse criada uma tabela, nessas tabelas das falas das pessoas era escolhido o que é mais importante e o que não é tão importante.

Márcio disse que tão importante quanto ouvir a população através de suas falas, no processo de padronização e sistematização essas respostas passam por um processo para saber quais são referentes ao Plano Diretor, pois nem sempre as falas da população podem ser abrangidas pelo Plano Diretor, mas mesmo assim elas são uma fonte muito importante para o município para saber aonde ele precisa se desenvolver, aonde tem alguma limitação, ou alguma coisa que está dando certo e precisa ser ampliada. Por isso, dentro do processo do Plano Diretor algumas falas que não eram vistas dentro do processo de Plano Diretor de planejamento territorial foram encaminhadas para as diversas secretarias do município, para que tais secretarias saibam o que é população pensa sobre elas. E à medida que as secretarias forem respondendo os ofícios, eles estarão disponíveis no site do plano diretor. (<http://www.santoamaro.sc.gov.br/planodiretor>).

Foram apresentados alguns gráficos, aonde a fala das pessoas foi organizada em temas e destes temas foi visto o que era competente do Plano Diretor ou se eram coisas que precisariam de outros encaminhamentos. Na noite de hoje será apresentado apenas o que está ligado ao Plano Diretor. O município foi dividido em sete partes, uma delas faz parte do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, e os outros seis territórios que tiveram os eventos comunitários.

Ata Primeira Audiência – 17 de Setembro de 2018

Através dos gráficos apresentados é possível para perceber a localização das áreas comunitárias. A Área Comunitária Um é a área do Centro e demais bairros do entorno, como resultado as pessoas têm uma fala mais organizada sobre questões de transporte e mobilidade, sobre ordenamento do território e administração pública. Foi falado também sobre a falta de estacionamento falta de mobilidade e falta de calçadas, são os pontos mais negativos que tiveram nesta área.

Na Área Comunitária Dois, abrange a região do bairro São Francisco de Assis, o tema mais citado foi transporte e mobilidade, e sempre está relacionado com acessibilidade de calçadas liberação da guia de passeio falta de oferta de linha de ônibus e horário para os bairros do interior, possui muitas fala sobre sinalização em ciclovias distensão e reorganização do trânsito.

Na Área Comunitária Três, que abrange o Sul do Rio e Vargem dos Pinheiros, também apresentou muitas falas sobre transporte, administração pública e ordenamento de território.

Na Área Comunitária Quatro, Fabricio, Morro Queimado e Ventura, a mobilidade nas ruas também foi o mais comentado, sobre ruas estreitas e sem saídas todas elas dando acesso apenas a rua principal e falta de calçadas.

Na Área Comunitária 05 (cinco), dos bairros Braço São João, Cumbatá e Vila Santana (Sertão), além de transporte e mobilidade, ordenamento e território, houve falas mais expressivas a respeito de Meio Ambiente e espaços de esporte lazer e cultura. Nessas falas era comum pessoas falarem intervias, mas de frente para o Rio como uma beira-rio para aproveitar as belezas naturais que existe no município e também de garantir o uso adequado desses recursos, houve muita reclamação de ligações clandestinas que jogam seus dejetos nos rios.

Na Área Comunitária Seis, Vargem Grande, Caldas da Imperatriz e demais Localidades Rurais do entorno, foi percebido que uma fala era sempre muito recorrente a respeito do Turismo, portanto não poderia ser trabalhado junto com a economia, para dar o devido valor para as falas da população precisava dar um foco específico e mostrar como turismo também tem uma necessidade de atenção pelos munícipes. Nesta área se fala sobre o melhor aproveitamento do Turismo Regional, sobre como trabalhar melhor a cidade de Santo Amaro para receber tanto turistas de fora da região, quanto dentro da região de Florianópolis, se fala em buscas de incentivo que existam para o turismo.

O membro do Núcleo Gestor representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Ricardo Rachadel, perguntou o que sobrou da economia nesta planilha da Área Comunitária Seis. Em resposta, Márcio respondeu que em Turismo elas vinculavam um grande grupo como comércio serviços,

[Handwritten signatures and notes in blue ink are present throughout the page, including a large signature on the left margin and several smaller ones on the right and bottom margins.]

Ata Primeira Audiência – 17 de Setembro de 2018

atendimentos em geral, empregos e renda, incentivos a indústrias, agricultura familiar. Ricardo disse que por coincidência na Área Quatro, a economia avançou e na Área Comunitária Seis nem apareceu. Daniela disse que o turismo, nessas áreas, acaba sendo mais como uma economia.

Márcio disse que estará disponível no site mapas que foram feitos pelo território municipal para cada tema, cada um dos treze, sobre como cada área comunitária entendia aquele tema pensado no município como um todo. Assim, foram apresentados os treze mapas para fazer o melhor aproveitamento do tempo.

Quando é falado no território como um todo, que existe realmente ainda um questionamento sobre transporte e mobilidade tem algumas falas que já foram vistas nas demandas locais, mas que algumas falas novas, como transporte integrado com a capital outras linhas de ônibus que consigam conectar e agilizar o transporte de Santo Amaro para o centro de Florianópolis e Palhoça. E, além disso, volta a perceber que os dados de ordenamento territorial, meio ambiente e economia continuam em destaque. Percebe-se também a questão de turismo não é só levantada pela Área Comunitária Seis desta vez, as diversas áreas comunitárias começam a ver que o município tem um potencial turístico. Sendo assim, foram apresentados dados da Leitura comunitária e setorial, iniciando assim a leitura técnica.

O Assessor Jurídico da Prefeitura, Carlos Alexandre Beirão, fez uso da palavra e fez um breve histórico sobre a legislação vigente no âmbito da organização, disse que é a Constituição de 1988 é instituiu no artigo 182, a política do desenvolvimento urbano a ser executada pelo poder público municipal, e lá no parágrafo primeiro deste mesmo artigo já previa que o Plano Diretor aprovado pela câmara municipal seria obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, sendo instrumento básico de política de desenvolvimento de expansão Urbana, objetivo desse ordenamento na Constituição, esses artigos vieram a sacramental a ideia de desenvolvimento nacional injustiça social a ser comentado pelo poder público municipal com o intuito deter maior igualdade em qualquer município, e com isso ter uma expansão que fosse agradável e tivesse condições de abarcar toda a população. A partir daí, os municípios passaram a legislar esse assunto, criar, exercer dentro do âmbito Municipal esta política de desenvolvimento. O município de Santo Amaro por sua vez lá, em 1991, começou a legislar sobre a primeira matéria estabelecendo os objetivos e as diretrizes de atuação do desenvolvimento municipal, tratando já sobre o ordenamento do município. Logo após, foi editada a lei 891 de 1991, onde regulamentou o Código de Obras e edificações do município e também foi instituído

Ata Primeira Audiência – 17 de Setembro de 2018

pode trabalhar, o que a gente quer a cidade que necessitamos, e a cidade que podemos ter, e ao mesmo tempo a cidade que temos.

A urbanista Daniela falou um pouco sobre o Núcleo Gestor (NG), grupo este que acompanha todas as etapas do Plano Diretor, falou que durante as próximas semanas sairia o decreto com o nome de todos os membros do grupo. Falou sobre o Comitê de Acompanhamento e Controle (CAC), que pertence ao Núcleo Gestor, mas que acompanha com mais frequência para poder discutir algumas deliberações, regimentos e cronogramas das atividades.

O Vereador Valério perguntou o que legalmente o que pode acarretar o não preenchimento das vagas em aberto? Bianca respondeu que se não preencher todas as vagas não vai impactar negativamente no Plano, pois o espaço foi garantido.

Foi aberto espaço para perguntas, e o senhor Luiz Gonzaga dos Santos, do bairro São Francisco, disse que seria importante que houvesse representantes de todos os bairros das áreas denominadas. Seu Elias Turnes, morador do Sul do Rio, disse que na leitura técnica foi falado só sobre o esgoto dentro do rio, relatou que trouxe algumas fotos sobre a extração de areia, pois a mesma faz com que a água do rio fique suja, além de ser crime ambiental, e que queria que fossem colocadas no telão as fotos que ele trouxe.

O geógrafo, disse a seu Elias que sobre a extração de areia apareceu bastante na sistematização como ponto negativo, e foi decorrente em todo o território do município, e que quanto à disponibilização das fotos não poderia ser apresentada naquela noite, pois não estava na pauta da audiência. A arquiteta e Urbanista, Bianca Coelho, disse que o objetivo da apresentação da noite era para mostrar um pouco do que foi falado, do que foi mostrado na leitura técnica, os mapas, os estudos, e o que foi falado nas comunidades, e nas comunidades esta questão da extração de areia apareceu em alguns momentos, mas até no próprio diagrama da priorização municipal foi percebido que na hora de votar, o que mais aparecia eram questões de meio ambiente, de outros temas, na noite em questão foi apresentado apenas os pontos mais relevantes, mas com relação à extração de areia já havia sido realizada uma reunião com as empresas de extração de areia e ver os tipos de ações que podem ser feitas, e está sendo analisado como que o Plano Diretor se pode tratar deste assunto. O que cabe ao município, e dentro do que cabe no município o que entra no Plano Diretor e que provavelmente este assunto será mais discutido nas oficinas do Núcleo Gestor, na discussão das propostas. Seu Turnes disse que a autorização é de cavar até oito metros e que, no entanto já estava em doze metros, Bianca então

[Handwritten signatures and marks on the left margin]

[Handwritten signatures and marks on the right margin]

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]

Ata Primeira Audiência – 17 de Setembro de 2018

disse que deveriam ser avisadas as autoridades competentes, que a audiência não seria para discutir este ponto em detalhes, e a legislação não trás uma determinação federal para colocar nestes modos. O Plano Diretor não tem como fazer com que a fiscalização aconteça. Mas, seu Elias queria apresentar as fotos para mostrar a sociedade o que estava acontecendo com o rio, mas a arquiteta disse que a audiência não seria o momento para apresentar as fotos e sim poderia ser discutido nas oficinas do Núcleo Gestor que seria mais apropriado.

O senhor Luiz falou como ex-presidente do Comitê Cubatão Sul, ressaltou que a lei 9.433/97, que trata das diretrizes dos recursos hídricos, disse que esta lei é muito importante para nortear o que seu Elias havia falado, pois coloca a questão técnica, pois o Comitê é a mãe dos recursos hídricos, por que ouvir só uma atividade? O que seu Elias clama é o que a população ribeirinha clama até hoje, pois estão perdendo seus territórios, mexe em muitas questões, inclusive na política, e que se puder colocar, que seja incluída a lei 9.433/97 no Plano Diretor.

O Secretario de Assistência Social, Alexandre, falou que precisa ser levada em consideração que já existem leis próprias e existem órgãos competentes para tratar destes assuntos, e que haverá outros momentos pra se discutir estes tipos de assuntos e temas.

Adriano Costa disse que a questão da areia tem sido reincidentemente muito comentada e que deveria ter uma data separa para discutir esta questão, e solucionar dentro do Plano Diretor para resolvera coisa e partir para outros assuntos. Bianca esclareceu que a Etapa Um é a mais demorada mesmo, levantar informação com a comunidade, e que não é hora de levantar as propostas ainda.

Costa levantou a proposta para que em momentos separados possa dar espaço para que alguém possa defender os modelos gerais de cidades, e que existem necessidades imediatas, básicas das pessoas, e que ver qual é a vocação do nosso município e em que deveríamos focar e priorizar, para que possamos resolver as questões econômicas. Casos querem construir uma cidade fraterna ou de competição, e que a questão turística precisa ser trabalhada como ponto central, não único, mas principal para podermos desenvolver a cidade. Mas, também defender todos os meios econômicos dentro do município. E que temos que sonhar que tipo de cidade que queremos para nós.

Bianca disse que quando as três perguntas foram feitas, não foi à toa, foi pensado para ter um resultado que pudesse ser aproveitado. Quando se perguntava qual a cidade que queremos, quais os pontos positivos, era pra detectar um pouco deste sonho, deste desejo. O Plano Diretor é mais do que só resolver problemas, então a ideia de se fazer estas perguntas é ter uma base construída

[Handwritten signatures and notes in blue ink are present throughout the page, including names like 'Luiz', 'Elias', 'Adriano', 'Bianca', and 'Alexandre'.]

Ata Primeira Audiência – 17 de Setembro de 2018

coletivamente pra ver o que o município de Santo Amaro da Imperatriz pensa pra este futuro. A partir da cidade que queremos é que se faz pensar na cidade que necessitamos. A que podemos ter, a pergunta dos pontos positivos vai dar origem a qual a vocação do município. Isso tudo, depois metodologicamente vai gerar os objetivos e as diretrizes. O que tem em comum em resolver problema pensa o que a gente quer pensar o que a gente precisa, e dizer o que é possível ter, o encontro disto é pra ser o Plano Diretor.

Seu José Martins falou que precisamos usar a natureza para produzir alguma coisa, porque se fomos só olhar a questão do meio ambiente não se produz nada.

O Assessor jurídico, Carlos Beirão, respondeu que a questão da extração da areia, por ser um minério, quem detém o poder sobre isso é a união federal, hoje temos as legislações ambientais federal, estadual e municipal, que trata sobre matérias ambientais. A extração da areia é fiscalizada pela FATMA, no âmbito do estado de Santa Catarina, que e o Instituto do Meio Ambiente, hoje a extração de areia no âmbito do município as autorizações são concedidas pelo IMA. A fiscalização também é feita pelo IMA, mas o município também tem o poder de fiscalizar determinados assuntos, inclusive se está, ou não sendo cumprido com o dever, com as situações que o município legisla.

O vereador Valério falou que todo o processo do Plano depende da participação de todos, e que poucos dão a cara para bater, sendo um assunto tão importante pro município e poucas pessoas participam, e vai acabar não chegando ao que deve ser necessidade pro município, e que sua preocupação é que não está havendo representação suficiente para chegar a um contexto que traga benefício através do Plano Diretor. E lá na frente quando tiver alguma coisa de interesse, seja na extração de minério, ou outro tipo de coisa, eles montam a equipe e enchem a casa para fazer estardalhaço que não vai trazer benefício para o município. Daniela respondeu que a divulgação do Plano Diretor foi bem ampla, mas não se podem obrigar as pessoas a participar.

Bianca falou que nos outros municípios está acontecendo à mesma coisa, pouca participação da comunidade e que é muito difícil conseguir a participação das pessoas. Contudo, que mesmo com poucas pessoas a qualidade das discussões é qualitativa, todavia que é importante ampliar a discussão, e que deve se procurar mecanismos para atrair mais pessoas. Com relação a algum tipo de contestação que possa acontecer, é para isso que existe o Regimento Geral do processo.

Senhor Celso pediu que explicasse melhor sobre se a falta de participação invalidaria o processo, ou se não faz diferença? Bianca respondeu que diferença sempre faz, mas que em época de eleição é

[Handwritten signatures and scribbles in blue ink are present throughout the page, including a large scribble on the left margin and several signatures on the right margin.]

Ata Primeira Audiência – 17 de Setembro de 2018

mais difícil ter uma quantidade grande de participantes e que isto dificilmente invalidará o processo. Senhor Celso falou aos participantes que é sempre importante pensar no coletivo, nunca pensar individual, que não é o meu problema, é o problema da cidade que precisa se tornar melhor para o coletivo.

Carlos disse aos participantes que sobre o acompanhamento que está sendo feito do Ministério Público, e que o objetivo é chegar até a etapa final do Plano Diretor com uma grande participação da comunidade. Havia feito um acordo com o Ministério Público que o Plano Diretor finalizasse até o fim do ano, mas no decorrer do processo foi analisado que seria impossível finalizar neste prazo, porém que seria marcada uma reunião para informar ao Ministério Público, pois o desejo é que o plano seja o mais democrático possível.

O Secretário de Educação, Leopoldo Bruggemann, disse que ficou confuso se no dia a audiência era para dar opiniões ou se era para debater o projeto, e que no dia que fosse para debater assuntos ficasse só nisso e marcasse outra para assuntos novos. Disse que o Núcleo Gestor deveria ser mais definitivo nas ideias de trabalho. Bianca disse que quando tivesse alguma dúvida em relação ao objetivo do evento, está no regimento geral do processo, lá define o tipo de audiência.

No uso da palavra, Adriano Costa comentou sobre o plano de saneamento básico e turismo do município, que está acontecendo paralelamente ao Plano Diretor, disse que acha um problema sério, pois não consegue participar porque acontece em horário comercial, mas que deveria haver um consenso entre os planos para que haja uma comunicação contínua, porque não tem como as três coisas caminharem separadas. Dalson falou que alguns conselhos que antes não existiam na cidade, e agora existem, citou o nome de alguns criados. Esclareceu que o Plano do Turismo foi um evento aberto a todos, que os principais interessados, empresas que vivem principalmente do turismo puderam prestigiar o seminário. E que o plano de saneamento ainda está em processo embrionário.

Marta Della Rocca, diretora do Turismo, esclareceu que referente ao plano de turismo já havia acontecido dois seminários para discussão, e que no último seminário havia sido discutido missão, visão, metas e ações e que teve uma participação bem satisfatória, mas que infelizmente precisa ser no horário comercial que é o horário que o pessoal do SEBRAE trabalha, e que a minuta do último evento já estava com a arquiteta Bianca para analisar e levar alguma coisa para o Núcleo Gestor. Adriano disse que ficaria triste de ver bairros turísticos sendo deixados de lado deste projeto turístico do que deveria envolver o município inteiro. E que acha interessante o Núcleo Gestor ter conhecimento do plano de

Handwritten notes in blue ink on the left margin:
C95m
Dm
10.10.18

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin:
[Signature]
[Signature]
R.P.
[Signature]
[Signature]

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page:
Teo
[Signature]
[Signature]
[Signature]

Ata Primeira Audiência – 17 de Setembro de 2018

turismo. Em resposta, Marta disse que o plano de turismo vai estar no Plano Diretor e que foi feito visitas em todos os bairros de Santo Amaro.

Continuando a audiência, o Márcio passou as datas das próximas oficinas e capacitação da segunda etapa do Plano Diretor participativo que são voltadas principalmente para o Núcleo Gestor. E que é importante à participação de todos.

Bianca disse que quando o titular não puder participar é importante pedir ao seu suplente que o represente.

Daniela lembrou que no site da Prefeitura já constam todos os dados do Plano Diretor.

Luiz sugeriu que as atas do Plano Diretor sejam enviadas a câmara de vereadores.

Dalson lembrou que seria enviado ofício a câmara pedindo representação do jurídico da câmara nos eventos do Plano Diretor.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada por mim, secretaria da audiência e demais participantes.

Santo Amaro da Imperatriz, 17 de setembro de 2018.

 
gilmerto pitz
Daniela Machado
Jane Gíndide Diniz  
Mendonça Lopes
 
Fidel Jr. e Rosal
Manon Bernice Sifert 
Luiz Quintanora Junior
Marcio de Franca Santos
Marta Della Rocca 
 

   